

Educação

Para reconstruir a escola democrática

O «dia» seguinte: o que a Troika fez à escola

Quais foram as consequências do período de intervenção da Troika em Portugal no sistema educativo? Elas deixarão marcas por muito tempo, mas algumas alterações vão no caminho certo... e outras estão por fazer e são urgentes. Da revalorização da profissão docente à reformulação da gestão democrática das escolas, um desafio que importa a toda a sociedade.

ANA BENAVENTE *

Em Abril de 2011, o governo português formulou um pedido de ajuda financeira à União Europeia, Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), a chamada Troika. Como consequência, Portugal ficou com o estatuto de país intervencionado, iniciando-se então um verdadeiro «tsunami» sobre o Estado Social, incluindo a Educação.

Cinco anos depois, somos obrigados a constatar que a realidade mudou e a «fibra» do país foi atingida, inexoravelmente, nas suas diferentes dimensões de desenvolvimento humano, social e económico. Temos, hoje, um país mais desigual e mais empobrecido.

No caso da Educação e da Instituição Escolar, não se tratou apenas de viver cortes financeiros e as consequências da privação material de muitas crianças e muitos jovens. Para além disso, a coberto da austeridade, o governo mudou o projecto de sociedade, o que se traduziu num ataque à Escola Pública e num retrocesso educativo em relação à Educação Para Todos e à escola democrática. A pretexto da crise que se verificava no país e na própria Europa, os governantes desenvolveram uma filosofia e um conjunto de medidas que nos deixam, em 2015, uma herança muitíssimo difícil de reverter.

Claro que havia problemas, contradições e paradoxos nas escolas. Claro que conhecemos as dificuldades dos processos de mudança face aos desafios do mundo actual.

Para evitar que as políticas educativas dependessem apenas de tempos governamentais, há cerca de 20 anos um governo do Partido Socialista (PS) apresentou à Assembleia da República o «Pacto Educativo para o Futuro», procurando acordos sobre eixos educativos cuja construção exige continuidade e apoio. O «Pacto» foi recusado por todos os outros partidos com assento parlamentar.

As políticas e as práticas continuaram, assim, ao sabor dos governos, dos parcei-

ros educativos e, evidentemente, da acção das escolas. Os movimentos pedagógicos, associações de professores e alguns académicos com intervenção social prosseguiram a afirmação de alternativas e de «boas práticas», sempre minoritárias, para além do ensino tradicional. Este, assente nas aulas expositivas, nas «matérias» e na escuta – que se quer atenta e permanente – dos alunos, está cada vez mais dissociado das necessidades das crianças e dos jovens, social e individualmente diversos e curiosos, activos, mas obrigados a aceitar os rituais de uma escola presa à escola do «nosso tempo». Ou seja, o mito do passado feliz e glorioso é um mecanismo que dificulta a construção da Educação Para Todos, sendo um mito que mobiliza o medo da mudança.

Neste contexto, de par com a desconfiança crescente em relação aos professores e às escolas (coerente com a desconfiança que alimenta a burocracia dominante na sociedade portuguesa), chegou a Troika e o governo do Partido Social Democrata (PSD) e do CDS – Partido Popular.

As políticas educativas traduziram, então, a aplicação dos princípios neoliberais em que a concorrência, a avaliação, a regulação pelo jogo entre a oferta e a procura e a competitividade são sacralizadas.

Dos projectos democráticos ao projecto neoliberal

No que se prende com cortes financeiros, o orçamento da Educação atingiu 5,7% do produto interno bruto (PIB) em 1998 (OCDE, *Education at a Glance*, 2001) e, embora os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) sejam ligeiramente diferentes, confirmam um orçamento ascendente que se rompeu em 2011 e nos anos seguintes. No final do resgate, as despesas com a Educação rondavam os 3,8%, tornando-se o valor mais baixo de toda a União Europeia. Não é por acaso que o Relatório do FMI «Repensando o Estado –

opções de cortes de despesa» (divulgado no *Público* de 9 de Janeiro de 2013) trata a Educação como um Custo e não como um Investimento na qualificação e na formação das pessoas, ao revés do que acontecia até então.

Outras medidas, de carácter gravoso, ilustram o que se afirma:

1. Aumento do número de alunos por turma, tornando as salas sobrelotadas e dificultando a aprendizagem, numa escola concebida para ensinar a todos como se fosse um só – e o mesmo – a mesma coisa, ao mesmo tempo e da mesma maneira.

2. Aumento das horas de trabalho dos docentes, dos técnicos, dos funcionários e dos auxiliares educativos.

3. Dispensa de milhares de professores (com o desaparecimento das áreas curriculares não disciplinares e do apoio escolar aos alunos, bem como aumentando o número de alunos por professor), o que conduziu a um crescimento de 151% do número de professores desempregados (considerando os valores de 2011).

4. Criação sistemática de mega-agrupamentos de escolas, com uma gestão ao estilo privado, com evidente reforço do poder dos directores. Este tipo de gestão constitui uma pressão normalizadora e diminui as margens de liberdade, de diversidade e de inovação pedagógica.

5. Promoção da concorrência económica entre escolas, com base nos resultados dos exames nacionais, traduzidos em *rankings* que se concretizam em apoios às escolas mais bem classificadas e em penalizações às mais mal classificadas.

6. Maior ênfase (com acréscimo de horas) nas disciplinas de Português e Matemática, com menorização da formação global do aluno.

7. Sublinhe-se, como uma das medidas mais gravosas, a reformulação curricular e programática, com a definição de «metas» de aprendizagem baseadas em extensos e inadequados programas. Reside aqui uma das principais causas da

pressão para aulas expositivas, destinadas a «dar a matéria», da corrida contra o tempo, reforçando o stress de alunos e de professores. Tal pressão impede a diversidade de modos de trabalho pedagógico (que a organização dos tempos escolares em 90 minutos permitia e incentivava), do trabalho individual aos trabalhos de grupo, projectos interdisciplinares, etc, tornando a escola mais rígida, para desespero de todos os que a vivem.

8. Extinção de áreas disciplinares não curriculares (Estudo Acompanhado e Área de Projecto) que preparam para a vida e não apenas para exames a curto prazo, e que constituíam um avanço na escola do século XXI.

9. Menorização de unidades curriculares tais como o Desporto/Educação Física, a Educação Artística, a Educação Cívica, a Educação para a Saúde, a Educação Ambiental, imprescindíveis nos dias de hoje.

10. Implementação de exames nacionais em todos os graus de ensino, desde o 1º ciclo, com o retorno à selecção precoce dos alunos, numa lógica de selecção social e de degradação do estatuto e da importância da formação profissional (a escola dos «eleitos» e a dos «excluídos»).

11. Criação de obstáculos à integração de crianças e de jovens com necessidades educativas especiais, questão incontornável no que toca aos avanços civilizacionais maiores.

12. Encerramento dos Centros de Novas Oportunidades (CNO), que tinham substituído os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, rompendo com um desenvolvimento da Educação de Adultos, num país de baixos níveis de literacia. Com efeito, a Educação de Adultos, construída, ao longo dos anos, desde 1974 (com longos interregnos), numa perspectiva de educação permanente e de educação popular, valorizava a experiência e os diálogos de saberes. O governo PSD/CDS fechou esses Centros,

substituindo-os, mais tarde, por alguns – poucos – outros, centrados na «qualificação» para o trabalho.

13. Por fim, mas não menos importante, afirmou-se o ensino privado, que viu aumentar o número dos seus alunos, como alternativa à escola pública e não como complementar. Aqui se enraizou a questão dos «contratos de associação» que fez correr muita tinta e mobilizou milhares de pessoas em defesa da Escola Pública como um bem social e democrático. Este problema resolveu-se, felizmente, com o apoio dos cidadãos e a determinação do actual governo.

Um dos argumentos que justificou o ataque à Escola Pública, durante os anos da Troika, evocava um falso pretexto, o do insucesso do sistema. Ora, é importante assinalar, apesar das reservas e das críticas que tal programa suscita, que o *Programme for International Student Assessment* (Programa PISA, da Organização de Cooperação e Desenvolvimento económico [OCDE]) vem demonstrando uma melhoria dos conhecimentos dos alunos portugueses em Leitura, Matemática e Ciências, situando-se Portugal actualmente, na média dos países participantes no programa.

No *Trends in International Mathematics and Science Study* (TIMSS), os resultados de 2011 indicam que os alunos do 4.º ano de escolaridade obtiveram, em Ciências, resultados superiores à média internacional. Em Matemática, os resultados ficaram à frente da Áustria, da Dinamarca, da Alemanha, da Irlanda, da Itália, da Noruega, da Espanha e da Suécia. Dos 50 países que participaram neste estudo, Portugal ficou, respectivamente, em 15.º e em 19.º lugar.

Temos, assim, um padrão positivo, desde os anos 90, superior ao da média da OCDE, pelo que as razões das políticas educativas se prendem, apenas e tão só, com a concepção de Escola de um governo que ultrapassou a Troika e os seus ditames, servindo-se dos tempos difíceis para impor políticas neoliberais.

A difícil recuperação da Educação para Todos

Portugal está com um atraso de 30 anos no cumprimento das metas de educação global definidas pela UNESCO, que o situa como o último dos países da Europa a atingir os objectivos fixados (relatório «Education 2030, Towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all», 2016).

Temos ainda muito caminho a percorrer, sabendo que a escolaridade obrigatória, prolongada para 12 anos, para além de não ter ainda sido alcançada, criou, como sempre acontece, uma exclusão «relativa» de todos os que tiveram percursos mais curtos.

O regresso à escola tradicional, a escola da selecção e da competição, esmagada por conteúdos, acabou por se impor na sociedade portuguesa.

É este o principal obstáculo à construção da Educação Para Todos. Confrontamo-nos, pois, com o modelo de escola que acusa as consequências da pesada inflexão dos anos da Troika.

Hoje, as orientações políticas valorizam a escola pública, numa situação económica «sob controlo». A actual maioria adoptou, em situação de urgência, o fim dos exames dos 4.º e 6.º anos de escolaridade, o regresso às 35 horas de trabalho dos funcionários públicos e medidas de apoio social às famílias (manuais gratuitos no 1.º ano de escolaridade, por exemplo) e de efectividade da educação pré-escolar, aliviando a pressão da austeridade. O governo e os parceiros da maioria acordaram objectivos modestos, tal como o programa de reformas do XXI Governo confirma. Todos eles são positivos, mas continuamos com uma herança sufocante. Há outras medidas que não podem

esperar, algumas das quais envolvem custos: a presença de mais técnicos nas escolas, a melhoria das condições de trabalho e a inclusão de todos os alunos. É igualmente urgente revalorizar a profissão docente – reconstruindo a confiança social – e reformular a gestão das escolas, fonte de muitos constrangimentos.

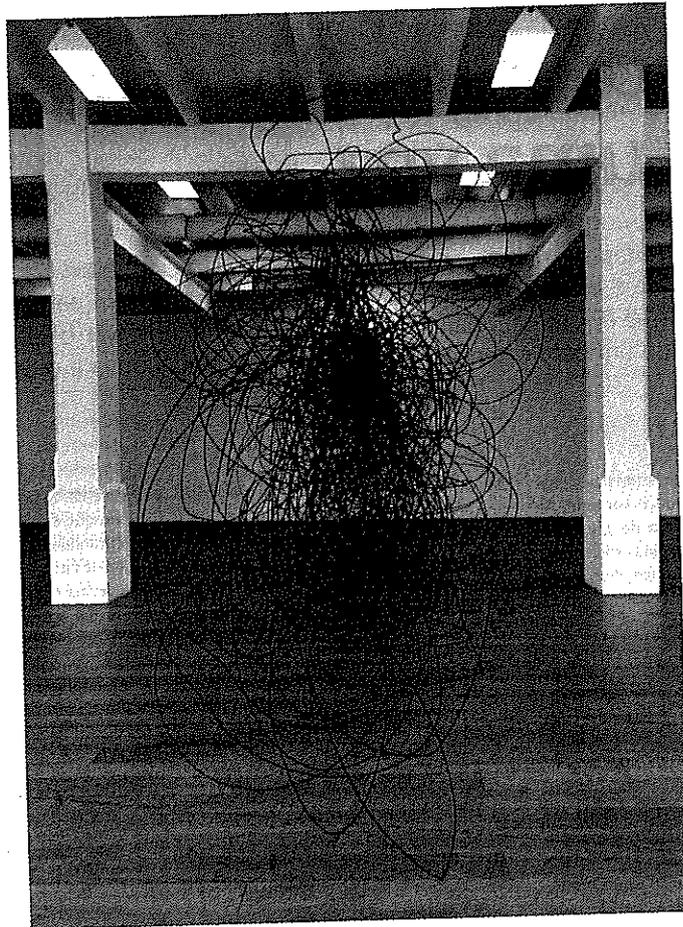
Para além do que está em curso, é necessário orientar as políticas para a reconstrução da escola democrática. E, nesta perspectiva, nem todas as medidas têm custos financeiros. A formação de professores, por exemplo, depende muito mais das concepções de quem a assegura do que dos meios financeiros envolvidos. O mesmo acontece com a organização da vida das escolas e com os modos de trabalho pedagógico.

Integrando os conhecimentos das Ciências da Vida e das Ciências Sociais, as boas práticas que já existem e que apontam novos caminhos, bem como a experiência de quem trabalha nas escolas, não podemos falhar o tempo de ultrapassar o *statu quo* e de irmos construindo uma es-

cola democrática e cidadã. É um objectivo desejável e possível. No mundo em que vivemos, com os seus conflitos e desafios, a escola que herdámos, mesmo melhorada, não faz sentido. E é importante não repetir «soluções» falhadas, quer programas dispersos, quer medidas avulsas.

As forças políticas que constituem a maioria governativa, bem como os parceiros educativos, não podem ignorar a importância do debate e da acção para a escola democrática, em vários espaços e com todos os protagonistas. Em Educação, tal como noutros campos do social, não há fatalidades e sim, há alternativas. A Instituição Escolar não se limita à qualificação das pessoas, intervém na socialização, na formação, no conhecimento, na participação democrática dos cidadãos. As suas práticas influenciam, decisivamente, a vida individual e a vida colectiva. Faz toda a diferença. ■

* Socióloga, docente, ex-secretária de Estado da Educação, coordenadora do Observatório de Políticas Educativas (OP.EDU, CEIED/CES).



TERESA HENRIQUES . 1 km +/- (2016) . Na Galeria Pedro Oliveira, Porto, até 5 de Novembro